

Sarney tenta corrigir erros dos ministros

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Alguns fatores estão servindo para que, apesar de anunciada, não venha a se realizar nem hoje a fala do presidente José Sarney à Nação, explicando as mudanças no Plano Cruzado. Ela poderá acontecer amanhã, na quinta, talvez na sexta-feira, dependendo de determinadas variáveis. A primeira está na necessidade que o governo tem de preparar com extrema competência a intervenção presidencial. Montá-la de modo eficiente, mesclando a melhor das argumentações com o máximo de lógica, se isso for possível, para que o tiro não saia pela culatra e redunde em novo fracasso.

Está sendo preciso, também, analisar em detalhes as próximas etapas da renegociação da dívida externa brasileira, a partir do dia 15, em Paris, tendo em vista que o endurecimento com os credores e a obtenção de melhores condições para o pagamento de juros e serviço se inserem agora como a principal determinante do pacote do dia 21.

Aguardam-se, ainda, sinais em condições de indicar o sucesso ou malogro da greve geral pretendida pela CUT para o dia 12. Outra motivação está em que o presidente, sem pretender transformar-se em delegado de polícia, gostaria de poder apresentar à opinião pública fatos e até nomes ainda em apuração pelo SNI, a Polícia Federal e demais órgãos de segurança do governo, indicativos dos responsáveis pelas depredações e pelo vandalismo ocorrido em Brasília na quinta-feira passada. Seria importante se Sarney pudesse apontar grupos políticos, partidários ou sindicais envolvidos na baderna, sejam eles da extrema esquerda ou da extrema direita.

Todos esses fatores servirão para a tentativa de o Palácio do Planalto virar o jogo e reconquistar ao menos parte do apoio e da credibilidade que o meio social lhe emprestava. Não será fácil, Sarney é o primeiro a saber. Mas a palavra de ordem, ontem, no Palácio do Planalto, era transparência. Reconhecem os principais auxiliares presidenciais ter havido falha lamentável na apresentação do recente pacote de medidas econômicas, ainda que adiante muito pouco, agora, procurar culpados. Foram, certamente, pessoas fora do ramo da comunicação, dessas que existem em todos os regimes e em todos os governos, sempre repetindo: "Deixa comigo que eu também já fui jornalista". Azar do ministro Dilson Funaro, que se deixou levar por gente assim.

O que se coloca para a administração Sarney é a necessidade de reconquistar a compreensão popular para medidas obviamente duras e reveladoras de que o sonho sonhado a partir de março, se não acabou, precisa ser interrompido. Para isso, torna-se imprescindível apresentar os motivos, justificá-los e expô-los. Foi o primeiro erro cometido pelo ministro da Fazenda no dia 21 de novembro, quando anunciou o pacote. Deixou de dizer o principal, o porquê, já que à sociedade, acostumando-se a consumir, de nada adiantava ouvir perorações sobre a importância de não consumir, pelo menos sem uma explicação sensível. Enfatizar que "as coisas não podiam continuar como iam" significou apenas acirrar a reação popular. Em uma palavra, faltou o principal, que seria demonstrar o papel do endividamento externo na equação. Os sacrifícios internos seriam imprescindíveis para que pudessemos, em dezembro, negociar com os credores e obter das negociações uma sensível redução na remessa de juros e do serviço da dívida, chave para voltarmos a consumir. A utilização de recursos hoje mandados para fora aqui serviria para aumentar a produção. Nada de tiradas à Galtieri, muito menos ameaças de moratória, mas, simplesmente, a preparação de uma política destinada a sustentar o interesse nacional. Será por aí que o presidente seguirá.

Outro erro de conteúdo da nova reforma econômica foi não ter ousado cortar fundo nos gastos públicos. Das dezenas de órgãos federais extintos acabou não sendo dispensado um só funcionário e no caso específico do BNH, que não mais existe, surgiu apenas a promessa de que todos serão reaproveitados. Mesmo não falando em demissões, para não ver aumentada a impopularidade, Sarney deverá anunciar restrições nas despesas oficiais.

Está em marcha delicada operação, de resultados imprevisíveis, mas a única alternativa aberta ao governo: mobilizar sua principal figura e esperar que ela possa, ao menos, justificar com objetividade a conjuntura. As medidas de sacrifício e os erros cometidos na sua apresentação continuam produzindo efeito, o maior dos quais se revela pela nova onda de falta de gêneros e produtos, como o leite, ontem, e pela maior institucionalização do dólar. O custo de vida não vai aumentar, já aumentou. A confiança que a população tinha no poder público sofreu colapso profundo. Restabelecê-la pode ser possível, mas não será fácil.

C.C.

Uma vai disputar